

Ata de Reunião do Comitê de Governança de TIC do TRT14

Data	Início	Término	Local	Coordenador da reunião
1/4/2020	10h	11:50	Realizada por Videoconferência	Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo

1. Pauta

- A. Orçamento aprovado vs plano de contratações;
- B. Validação do item 2.2.11 do plano de contratações;
- C. Solicitações de instalação do MS Office para magistrados;
- D. Uso dos modems 4G;
- E. PDTI edição 2020-1 - minuta;
- F. Atendimento da SETIC por trabalho remoto no período excepcional.
- G. Proposta para sanear o armazenamento dos arquivos de rede (G:)

2. Pauta extraordinária

3. Participantes

Nome	Setor
Carlos Augusto Gomes Lôbo	Desembargador do Trabalho
Dorotheo Barbosa Neto	Juiz Auxiliar da Presidência
Francisco José Pinheiro Cruz	Desembargador do Trabalho
Lucas Barbosa Brum	Secretário de Gestão Estratégica
Robert Armando Rosa	Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação
Vinícius Vieira Marques	Chefe da Seção de Governança de TIC

- **ITEM A:**

O Secretário de TIC trouxe ao conhecimento do Comitê o déficit de recursos orçamentários para execução integral do plano de contratações de TIC em 2020 e no momento, até mesmo para a cobertura dos contratos de custeio que envolvem a infraestrutura básica de TI. Ocorre que a proposta orçamentária prévia que foi encaminhada pela SOF do Regional ao CSJT não contemplou os valores integrais para dez contratos de custeio totalizando R\$ 1.100.000,00. O problema, segundo a SOF do Regional, foi gerado por um desentendimento de forma que a SOF do TST é quem deveria lançar os valores integrais, o que não aconteceu. Na tentativa de buscar os recursos junto ao CSJT, a SETIC informou que encaminhou ofício e entrou em contato com o secretário de TIC do CSJT que se comprometeu a levar o pedido de aporte orçamentário ao CGTIC daquele órgão. Informou também que até o momento não obteve retorno do CSJT. Como a situação é preocupante, visando buscar uma solução para o problema, o Secretário de TIC sugeriu ao CGTIC do TRT14 remeter ofício ao CGTIC do CSJT solicitando informações sobre a disponibilização extraordinária dos recursos faltantes. O presidente do CGTIC entendeu ser adequada a remessa do ofício, complementando ser importante envolver a Secretaria de Orçamento e Finanças, Diretoria-Geral e se for o caso o presidente do TRT14 neste assunto. O secretário de TIC se compromete a manter contato com o CSJT novamente e a minutar o ofício a ser encaminhado pelo CGTIC do Regional. Também foi colocado que os contratos em questão não são possíveis de serem rescindidos ou até mesmo reduzidos de forma que caso o CSJT não realize o repasse de orçamento, será necessário que o TRT14 arque com os valores em tela.

- **ITEM B:**

O Secretário de TIC informou que a SETIC, ao confeccionar o plano de contratações de 2020, esqueceu de prever a ação de custeio “2.2.11 *Suporte técnico para softwares de infraestrutura do PJe*”. Informou ainda a importância desta contratação e da necessidade de sua adição ao referido Plano. Todos os presentes concordaram com a inclusão.

- **ITEM C:**

O Secretário de TIC informou que, recentemente, a SETIC vem sendo solicitada a instalar a suíte de escritório proprietária Microsoft Office em detrimento da solução padrão livre (e gratuita, portanto) LibreOffice/OpenOffice. Em seguida, explicou que a ferramenta de escritório livre atual é uma ferramenta nacionalmente utilizada e recomendada no setor público, pontuando ainda os custos financeiros que a adoção da solução da Microsoft implicariam para o TRT14 caso fosse amplamente adotada. O CGTIC, diante do exposto, deliberou que a solução livre atual (LibreOffice) deve continuar como ferramenta de escritório padrão e que somente deve ser realizada a instalação de ferramentas de suíte de escritório não

padrão (pagas, a exemplo da suíte Microsoft Office) em casos excepcionais, devidamente autorizados pelo Secretário de TIC e, quando este julgar necessário, após aprovação deste Comitê.

- **ITEM D:**

O Secretário de TIC trouxe ao conhecimento do Comitê que há um número considerável de modems 4G em posse de magistrados com pouca utilização. Pontuou que, caso não fossem realmente necessários, poderiam ser devolvidos para aproveitamento para outras atividades ou até devolução à empresa fornecedora do serviço. O Presidente do CGTIC, por sua vez, pontuou que estes aparelhos têm como função primordial a de fornecer uma solução alternativa e emergencial para os magistrados se conectarem à internet e que, portanto, é esperado que alguns dispositivos apresentem baixa ou nenhuma utilização em alguns meses. Ao cabo, ponderou que, em virtude do baixo valor do contrato e do risco associado à não disponibilização de um meio de acesso emergencial aos magistrados, é adequado que cada Juiz continue com um dispositivo.

- **ITEM E:**

O Chefe da Seção de Governança de TIC apresentou brevemente o documento de revisão do Plano Diretor de TIC para o biênio 2019-2020 (edição 2020-1). Detalhou a execução do portfólio de projetos de TIC finalizados no 2019 e aqueles pendentes de realização no ano de 2020. Neste momento, o Secretário de Gestão Estratégica ressaltou o cenário desafiador que a SETIC vem enfrentando para conseguir dar vazão a todas as suas demandas internas e realizar satisfatoriamente seu portfólio de projetos tendo em vista o seu quadro de pessoal cada vez mais reduzido. Logo em seguida o Chefe da Seção de Governança de TIC aproveitou o tópico trazido pelo Secretário de Gestão Estratégica e apresentou o planejamento de pessoal de TIC trazido no documento e pontuou a situação alarmante da força de trabalho de TIC, demonstrando que a realização da meta de ingresso de pessoal de TIC planejada para o quadriênio 2017-2020 está cada vez mais distante de ser atingida. Diante do exposto, os membros deliberaram que devem ser retomados os estudos acerca do reaparelhamento do quadro de pessoal de TIC. Estes estudos preveem o levantamento dos cargos atualmente vagos no TRT14 e a análise de viabilidade de conversão destes cargos para a especialidade “tecnologia da informação e comunicação”. O produto deste estudo deve ser apresentado o mais brevemente possível ao Tribunal Pleno, para apreciação e deliberação. Por fim, o Chefe da Seção de Governança de TIC apresentou o orçamento previsto e aprovado de TIC bem como o plano de aquisições associado a este orçamento, pontuando novamente a falta de orçamento aprovado para executar todas as ações de aquisição planejadas, conforme discutido no item A.

- **ITEM F:**

O Secretário de TIC apresentou um panorama das implicações relacionadas à SETIC em relação à realização do regime de trabalho remoto excepcional definido pelo presidente do TRT14. Esclareceu que, internamente, a SETIC opera normalmente por trabalho remoto, integrando seus colaboradores por meio de ferramentas de comunicação de texto, áudio e vídeo. Pontuou também que em relação ao atendimento dos usuários em geral a SETIC vem experimentando picos e saturação na capacidade de atendimento de algumas seções, notadamente na seção de suporte ao usuário e infraestrutura/comunicações. Registrou, ainda, que espera uma estabilização do número de acionamentos feitos à SETIC nos próximos dias.

- **ITEM G:**

O Secretário de TIC relatou preocupação em relação ao uso incorreto do serviço de armazenamento de arquivos de rede interno (unidade G:) por parte de alguns setores/usuários. Informou que muitos servidores armazenam arquivos já existentes em outros sistemas do TRT14 e que isso provoca duplicidade de uso no espaço de armazenamento eletrônico, aumentando, consideravelmente, os custos de fornecimento do respectivo serviço. Visando sanear esse problema, o Secretário de TIC sugeriu detalhamento da política de uso dos recursos de TIC já existente, de maneira a estabelecer regras mais específicas e precisas para utilização do serviço de armazenamento de arquivos. O Presidente do CGTIC, complementando, pontuou ser importante também a realização de uma campanha de conscientização entre os usuários de forma a esclarecê-los sobre boas práticas de uso do serviço. Todos os membros concordaram com as ideias apresentadas e que ficará a cargo da SETIC desenvolvê-las.

Às 11:50h o Desembargador Carlos Lôbo declarou encerrada a reunião.

PVH, 01/04/2020.